



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 51ª Reunião Ordinária

1 No dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, às 16 horas, membros do Conselho reuniram-se na sede
2 administrativa da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, para a 51ª Reunião Ordinária deste
3 Conselho, Gestão 2017/2021 com a seguinte pauta conforme ofício circular nº 006/2019-CMDM: 1.
4 Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária; 2. Apresentação das Ações desenvolvidas pela Associação
5 Nós do Poder Rosa no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; 3. Apresentação sobre as
6 propostas da Reforma da Previdência Social em tramitação no Congresso; 4. Informes. Estavam
7 presentes as/os conselheiras/os: Antônia Francisca de Araújo; Zilda Maria Cavalarin; Tereza da Silva;
8 Teresa Mendes Souza; Meire Ellen Moreno; Marselle Nobre de Carvalho; Amanda Cristina Andrello
9 Costa; Nayara André Damião; Luciana Mazzaroto Negrini; Alexander Korgut; Lucimar Rodrigues da
10 Silva Alves. Justificaram a ausência: Rosalina Batista; Priscila Colmiran; Leila de Castro M. Murari.
11 Participaram como convidados/as: Vanessa Carvalho de Mello e Selma A. Rosa do Coletivo EIG de
12 Londrina – Evangélicas pela Igualdade de Gênero. A reunião foi conduzida pela 1ª secretária, visto a
13 ausência da Presidente e Vice-Presidente. A conselheira Lucimar iniciou a reunião dando boas-vindas e
14 conduzida a aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Como ainda
15 não tinha chegado a representante da Associação Nós do Poder Rosa e nem a palestrante que abordaria o
16 segundo ponto de pauta, foi solicitado que a reunião iniciasse com os informes, sendo aprovados por
17 todas/as. Foram repassados os seguintes informes: A conselheira Teresa Mendes informou que vai
18 acontecer a Conferência de Educação e comentou que achava importante alguém do conselho participar
19 e levar as propostas que foram aprovadas na última Conferência da Mulher nesta área. As pré-
20 conferências da educação acontecerão do dia 24 a 26/06/2019 na Av. Juscelino Kubitscheck, 2882 das
21 18:00 horas e 22:00 horas e a conferência será do dia 19 a 21/09/2019. Teresa ainda solicitou que fosse
22 viabilizado espaço para as mulheres apresentarem seus artesanatos nas conferências. Ficou aprovado
23 pelas conselheiras/os que a conselheira Lucimar irá fazer contato com a Secretaria de Educação para
24 saber a possibilidade de enviar as propostas do Conselho da Mulher e de que forma as mesmas poderão
25 ser encaminhadas e comunicará por e-mail para as conselheiras/os. Em seguida a conselheira Lucimar
26 falou sobre os ofícios nº 10 e 11/06/2019 – CMDM, encaminhados para a 17ª Regional de Saúde e para
27 o Secretário Estadual de Saúde pedindo apoio ao IML com concessão de profissional da área de
28 enfermagem para atendimento às vítimas de violência sexual, a pedido do próprio IML ao Conselho,
29 através de ofício. A conselheira Teresa Mendes também propôs que o conselho envie um ofício ao Juiz
30 da Vara de Execuções Penais (VEP), solicitando informações sobre projeto na área de educação para as
31 detentas do 3º distrito, sendo a proposta aprovada pelas conselheiras/as. A conselheira Marselle
32 informou sobre sua participação na Conferência Estadual de Saúde. A mesma relatou que, participou do
33 eixo financiamento e não tinha nenhuma proposta relacionada a 17ª Regional de Saúde, principalmente
34 no que tange a aprovação da PEC 241 ou 55 que congela as despesas do Governo Federal por até 20
35 anos. Que somente na plenária que surgiu essa questão para votação, a qual passou, mesmo não sendo a
36 mais votada, mas será encaminhada solicitando revogação da mesma. Relatou ainda que, a proposta da
37 atualização da tabela SUS tinha sido aprovada, sendo coerente devido a PEC. Tiveram a participação de
38 2.200 pessoas na conferência e a conselheira Marselle e Antônia ficaram de trazer para apresentar no
39 conselho as propostas aprovadas para serem encaminhadas para a Conferência Nacional, assim que
40 forem liberadas. A conselheira Meire trouxe uma denúncia que recebeu pelo WhatsApp sobre uma
41 situação de violência obstétrica que aconteceu no HU e que resultou na morte do bebê. Segundo a
42 conselheira Meire, a denunciante haveria relatado, ainda, que não pode registrar e nem enterrar o bebê e
43 que o hospital não deu nenhum protocolo e nem o atestado de óbito. A mãe acabou saindo do hospital
44 sem documento nenhum, por isso, não consegue nenhum atendimento pós-parto na UBS do Farid Libos,
45 que é a UBS de referência da sua região. Lucimar Rodrigues se colocou à disposição para fazer a busca
46 ativa do caso e agendamento no Setor Jurídico do CAM para orientação. Para tanto, solicitou que a
47 conselheira Meire lhe passasse informações de contato. A conselheira Meire informou o nome da
48 gestante e se comprometeu de passar para Lucimar o telefone de uma amiga da mesma. A conselheira



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 51ª Reunião Ordinária

49 Marselle comentou que seria importante a mesma também denunciar na ouvidoria do SUS. Algumas
50 conselheiras propuseram que o CMDM solicite ao HU informações do acontecido. Mas, no final ficou
51 decidido que inicialmente o CAM fará a busca ativa e agendará atendimento para a mesma com o setor
52 jurídico para as providências cabíveis. Após as informações foi passada a palavra para conselheira
53 Teresa representante da Associação Nós do Poder Rosa. A mesma relatou que, faz parte da Associação
54 há 08 meses e que segundo informações da presidente Érica Cortes, a Associação trouxe para o
55 município a instalação da Vara Maria da Penha, a Patrulha Maria da Penha, a Rede de Atendimento feita
56 pela UNIFIL. Comentou, ainda, que a Associação articulou a instalação da sala especial para
57 atendimento às vítimas de violência doméstica no 2º distrito policial que funciona como plantão 24
58 horas da Delegacia da Mulher. Que estão com uma proposta junto aos deputados trazer a delegacia da
59 mulher 24 horas e o desmembramento da Vara Maria da Penha. Falou também do programa que estão
60 tendo toda quarta-feira na RIC TV que se chama “briga de marido e mulher se meta a colher sim”.
61 Também foi feito uma cartilha sobre violência para orientar as mulheres. Que a associação já conseguiu
62 salvar 10 vidas no ano passado. A conselheira Meire perguntou se a Associação segue os protocolos de
63 atendimento e encaminhamentos previstos na questão da violência doméstica. Se, além do telefone
64 próprio repassado da presidente, a Associação divulga outros números de serviços prestados no
65 município. Teresa respondeu que a mulher tem que registrar um BO e os atendimentos jurídicos e de
66 psicologia, a associação encaminha para a UNIFIL e caso necessite de abrigo para o Morada de Deus. A
67 conselheira Meire pergunta se a associação é um canal de orientação somente. Foi perguntado se a
68 mulher liga como é feito a busca. Segundo Teresa quem busca a mulher com o reforço da polícia é a
69 doutora Jaqueline e a própria presidente Érica Cortes. A conselheira Nayara lembrou que o serviço
70 prestado pelo Morada de Deus não é próprio para acolher mulheres em situação de violência doméstica
71 e que no município tem uma rede estruturada para acolher e atender essa demanda. A conselheira Teresa
72 Mendes manifestou sua discordância quanto à informação trazida pela representante da Associação, de
73 que somente a mesma trouxe serviços importantes para o município, dispensando todo um trabalho em
74 rede, envolvendo órgãos públicos e sociedade civil nessa luta, assim como, o próprio Conselho. A
75 conselheira Marselle destacou a importância de reconhecer todo o trabalho da rede do município que é
76 feito de forma articulada. Que apesar do Estado ainda não dar conta de todas as demandas em termos de
77 políticas públicas nesta área, a articulação da rede, a existência de um canal de diálogo entre as
78 instituições e serviços que a compõe tem possibilitado avanços. Destacou ainda que é de extrema
79 importância que as organizações da sociedade civil que presta serviços na área de violência doméstica
80 participem das reuniões de rede, pois desta forma ficam conhecendo os fluxos para que possam repassar
81 às mulheres informações dos serviços existentes e de que forma encaminhar essas mulheres para que
82 essas não tenham que fazer peregrinação nos serviços. A conselheira Nayara falou sobre a importância
83 de dados para desenvolver políticas públicas, destacando inclusive sobre o preenchimento da ficha do
84 SINAN, pois desta forma tem como ser exigido melhorias com objetivo de oferecer cada vez mais
85 atendimento com qualidade. Estando fora da Rede a Associação acaba não fazendo esses registros e os
86 dados desses casos se perdem. A mesma também perguntou como a Associação tem tido portas abertas
87 para conseguir as parcerias. Teresa informou que, a Associação tem realizado reuniões com o Secretário
88 de Segurança Pública do Estado e com o Prefeito. A conselheira Meire completou dizendo que, já que a
89 Associação tem abertura com os poderes, então seria importante a participação da Associação na Rede e
90 no Conselho para discutirmos articuladamente a política de enfrentamento a violência contra a mulher
91 no município. A conselheira Lucimar falou sobre o trabalho do CAM que tem 25 anos que atua neste
92 segmento com profissionais qualificados e especializados na área e que é fundamental o trabalho em
93 rede para essas mulheres. A conselheira Teresa Mendes falou sobre a especificidade da mulher no que
94 tange a questão de raça e etnia, que esse debate tem sido trazido para dentro do Conselho para o
95 reconhecimento da importância de se pensar como as políticas públicas podem atender às
96 especificidades e necessidades das mulheres negras. Que a partir de dados e informações, entender como



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 51ª Reunião Ordinária

97 as mulheres negras estão sendo contempladas pelas políticas públicas. É importante que o Poder Rosa
98 também traga essas informações. Meire destacou a questão da transparência, como isso é de extrema
99 importância para o acompanhamento e aprimoramento dos serviços prestados. O Conselho tem o papel
100 de monitorar as políticas públicas e as ações destinadas às mulheres, para tanto, precisamos ter
101 informação sobre o que está sendo feito e como está sendo feito, principalmente numa questão tão
102 complexa e grave como a violência contra as mulheres. Finalizando este ponto, as conselheiras
103 orientaram a conselheira Tereza levar essas informações para a presidente da Associação e da mesma
104 participar ativamente da Rede e das reuniões do Conselho. Como encaminhamento ficou deliberado que
105 o Conselho oficialize um convite para que a presidente da Associação Nós do Poder Rosa venha à
106 reunião do Conselho para esclarecer sobre como realizam os atendimentos às mulheres em situação de
107 violência. Em seguida passou-se para o segundo ponto de pauta que era sobre Apresentação sobre o
108 Projeto da Reforma da Previdência Social em tramitação no Congresso. A convidada Maria Eugênia,
109 presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, falou sobre sua participação numa
110 reunião que discutiu sobre este assunto em que participaram muitas mulheres negras, indígenas e
111 sindicalistas. Iniciou comentando que a palavra certa para a proposta em questão é desmonte, pois, a
112 PEC 06/2019 vai colocar fim na base do tripé da seguridade social que contempla: assistência, saúde e
113 previdência. Ou seja, a proposta implica também em cortes de gastos para as políticas sociais. Que o
114 que está sendo proposto, não é uma reforma, mas um outro sistema de previdência que é o de
115 capitalização. Maria Eugênia explicou que a tão comentada crise da previdência, os valores que vêm
116 sendo divulgados como exemplo do rombo da previdência, explicam-se pelo fato de hoje a
117 contabilidade usada subtrai valores de tributos como confins, IPIS, PASEP, entre outros. A convidada
118 trouxe alguns dados de estudo sobre isso e disponibilizou para as conselheiras. Por fim, comentou sobre
119 as mudanças que envolvem tempo de contribuição, idade... explicando o impacto dessas mudanças
120 principalmente para as mulheres. Após breve debate algumas conselheiras falaram da importância de
121 ampliar essa discussão entre as mulheres.

122 No final foi apresentado o coletivo EIG, que significa Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Sendo
123 eixo norteador a “Violência ou as Violências contra as mulheres” tanto no espaço doméstico, de
124 trabalho, quanto nas igrejas, em favor de sua voz e participação mais justa e igualitária. Em Londrina
125 estão há 02 anos trabalhando com mulheres que sofrem violência no espaço de fé. Após a apresentação
126 Teresa Mendes retomou o questionamento sobre a demanda da Praça do Jardim Igapó. Que quer uma
127 resposta imediata e uma solução. Que ficará no aguardo de resposta da carta que foi encaminhada para o
128 Prefeito. Nada mais havendo a tratar eu, Lucimar Rodrigues da Silva Alves, 1ª secretária, lavrei a
129 presente ata.